

Modelos de gestão e desigualdades na qualidade da educação infantil no Brasil (2014–2021)

Bianca Cesário da Silva
Mestre em Ciência Política - FFLCH/USP

Resumo simples

Este trabalho investiga a qualidade da infraestrutura da educação infantil no Brasil entre 2014 e 2021, com enfoque comparativo entre modelos de provisão direta e indireta, sendo esta última aquela realizada por meio de parcerias com organizações da sociedade civil. A pesquisa parte da identificação de que a infraestrutura escolar é um componente relevante na avaliação da qualidade educacional e visa identificar se há diferenças significativas nesse aspecto conforme o tipo de gestão. Para tanto, foram utilizados dados do Censo Escolar e uma metodologia de classificação da infraestrutura com base em parâmetros nacionais, permitindo a atribuição de notas aos estabelecimentos educacionais e a análise estatística descritiva e inferencial dos resultados. Os achados indicam melhora geral na infraestrutura ao longo do período, com destaque para avanços na oferta direta. Contudo, os dados também revelam que a provisão indireta apresenta, em média, melhores condições estruturais e está concentrada em grandes municípios, ainda que sua presença tenha diminuído em nível nacional. O estudo contribui para o campo da avaliação de políticas públicas ao refletir sobre os efeitos da gestão e da desigualdade territorial na oferta educacional, promovendo o debate sobre qualidade, equidade e governança democrática na educação infantil brasileira.

Resumo Expandido

A educação infantil é reconhecida como um direito fundamental das crianças de 0 a 5 anos no Brasil e constitui a etapa inicial da educação básica, dividida em creche (0-3 anos) e pré-escola (4-5 anos). Sua qualidade é amplamente discutida em políticas públicas, marcos legais e pesquisas acadêmicas, sobretudo pelos impactos duradouros sobre o desenvolvimento infantil. No entanto, a avaliação da qualidade na educação infantil ainda é uma agenda em construção, especialmente em relação aos parâmetros objetivos que permitam mensurar e comparar condições educacionais. A infraestrutura escolar, nesse contexto, emerge como uma dimensão relevante e mensurável da qualidade.

Este trabalho analisa a infraestrutura da educação infantil brasileira entre os anos de 2014 e 2021, comparando modelos distintos de provisão: a provisão direta, realizada por entes públicos, e a provisão indireta, em que vagas públicas são ofertadas a partir do estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil (OSCs). A investigação tem como objetivo central avaliar se há diferenças estatisticamente significativas na qualidade da infraestrutura conforme o tipo de provisão, levando em consideração a distribuição territorial, índices socioeconômicos e nível de oferta educacional.

A escolha do recorte temporal contempla a obrigatoriedade de matrícula na pré-escola (4-5 anos), a implementação e regulamentação do MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) e formato de organização da coleta e consolidação dos dados do Censo Escolar, permitindo a viabilidade da pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa utiliza dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizando uma triagem de todos os estabelecimentos de educação infantil públicos entre 2014 e 2021. A infraestrutura é mensurada por meio da metodologia proposta por Falciano, dos Santos e Nunes (2016), que classifica as unidades escolares a partir da presença ou ausência de itens estruturais (como acesso a água potável, banheiros adequados, cozinha, salas de aula, área externa, acessibilidade, entre outros), organizadas em sete categorias, gerando um quantitativo para cada equipamento. Com base nesse índice, são realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais para verificar diferenças significativas entre os modelos de provisão.

Entre os principais resultados encontrados, destaca-se uma melhora geral na infraestrutura das escolas de educação infantil no Brasil durante o período analisado. No entanto, os dados revelam que a provisão indireta — apesar de estar em retração no país como um todo — é concentrada em municípios de grande porte e apresenta, em média, melhores condições estruturais do que a provisão direta. Essa constatação desafia algumas hipóteses comuns que associam a oferta indireta à precarização e privatização da educação, exigindo análises mais contextuais e territorializadas sobre como se configuram essas parcerias em diferentes realidades locais.

Outro ponto relevante da pesquisa é a identificação de desigualdades regionais e territoriais. A análise por regiões e porte municipal indica que municípios menores dados socioeconômicos têm resultados menos satisfatórios ao longo do período analisado, evidenciando as desigualdades já históricas do sistema educacional brasileiro.

A pesquisa também dialoga com debates contemporâneos sobre avaliação de políticas públicas, incorporando uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os modelos hegemônicos de avaliação. Ao propor uma análise que integra dados quantitativos com uma problematização das desigualdades estruturais, busca-se tensionar as métricas tradicionais de “qualidade” e avançar na construção de avaliações mais democráticas, interseccionais e sensíveis às múltiplas dimensões da política educacional.

Em termos de contribuição para o campo, este estudo oferece evidências empíricas sobre a evolução da infraestrutura escolar da educação infantil no Brasil, identificando padrões, avanços e desigualdades associadas aos modelos de provisão. Além disso, contribui para o debate sobre o papel das organizações da sociedade civil na oferta educacional e sobre os efeitos das mudanças normativas e fiscais na gestão educacional. Ao discutir qualidade sob uma perspectiva ampliada e conectada à justiça social, a pesquisa também dialoga com abordagens emergentes da avaliação de políticas públicas, promovendo o encontro entre dados e valores democráticos.

Por fim, considera-se que esta pesquisa traz uma análise crítica das políticas educacionais, incorporando questões interseccionais (territórios, níveis socioeconômicos), e busca ampliar os horizontes epistemológicos e metodológicos da avaliação. Trata-se de uma agenda urgente, que busca evidenciar como diferentes formas de gestão pública — e seus condicionantes políticos e institucionais — influenciam o direito à educação de qualidade desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar 2014 – Manual do Usuário**. Brasília: MEC/INEP/DEED, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB. Brasil, Ministério da Educação. Parâmetros

Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. **Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. 2016, v. 97, n. 247, pp. 506-518. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/278133671>. Acesso 12 setembro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995**. Revista do Serviço Público. Ano 50, Número 4, dez-1999. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v50i4.354>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

CECCON, Maria Lucia Lemos e DRABACH, Nadia Pedrotti. **AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Educação em Revista [online]. 2020, v. 36, e231107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698231107>. Acessado 14 setembro de 2021.

FALCIANO, B. T.; DOS SANTOS, E. C.; NUNES, M. F. R. **Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na educação infantil**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 880–906, 2016. DOI: 10.18222/eae.v0ix.4021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4021>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. DE. **Por Uma Abordagem Espacial Na Gestão De Políticas Educacionais: Equidade Para Superar Desigualdades**. Educação & Sociedade, v. 42, p. e234175, 2021.

GOMES, Sandra. **Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados**. In Lotta, G. (org). Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

SOUZA, Celina. **Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados**. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, São Paulo, n° 65, 1° semestre de 2008, pp. 27-48 .

TRIPODI Z. F. (2016). **Educação infantil: da diversidade de oferta aos novos locais de governança**. Educação, 39(3), 383-392. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.3.21890>. Tripodi, Zara Figueiredo e Sousa, Sandra Zákia. **Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2018, v.

48, n. 167, pp. 228-253. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144800>. Acesso em 19 de setembro de 2021.